

# Bancada ruralista prepara nova carga

Brasília — Arnildo Schulz

Josemar Gonçalves — 15/5/95

Divulgação — 17/4/95

■ Urgência para projeto que tabela juros em 12% ganha apoio de 79 dos 132 deputados-fazendeiros

OSWALDO BUARIM JUNIOR

BRASÍLIA — A bancada ruralista voltará a pressionar o governo esta semana, na votação do requerimento de urgência, apresentado pela deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), para o projeto de lei que limita os juros em 12% ao ano. Setenta e nove dos 132 deputados da Frente Parlamentar da Agricultura, como se autodenomina a bancada ruralista, assinaram o pedido de urgência e devem confirmar o voto na terça-feira, se os líderes do governo não conseguirem adiar a votação.

“A bancada está dividida, mas a maioria quer aprovar a urgência para forçar o governo a discutir o assunto”, revela o principal líder ruralista, deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP). Segundo ele, votarão em peso contra o governo os ruralistas do PMDB, do PTB, do PDT e do PPR. “Só no PFL e no PSDB a tendência é apoiar o governo”, explica Marquezelli. Dos 32 pefelistas, 15 são favoráveis à urgência. O PSDB está dividido: três a favor e quatro contra.

O PTB de Marquezelli lidera o voto contra o governo: 11 dos 13 ruralistas do partido assinaram o requerimento de urgência. No PMDB, 18 dos 24 ruralistas, e a lista deverá crescer. O deputado Valdir Colatto (SC), por exemplo, é um dos mais ativos ruralistas e, apesar de não ter assinado, deverá votar a favor.

As lideranças partidárias que sempre deram cobertura aos ruralistas estão preocupadas. “Os ruralistas estão ajudando a Jandira demais”, reclama o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE). “Se o governo criou um limite até para o dólar, que é uma moeda estrangeira, por que não limitar também a usura dos banqueiros?”, rebate Marquezelli.

**Música** — A limitação dos juros soa como música aos ouvidos ruralistas. Em seguidos confrontos com o governo, eles conseguiram acabar com a incidência da Taxa Referencial de Juros (TR) sobre os financiamentos agrícolas. Em seu lugar, conseguiram juros pré-fixados de 16% para o financiamento da próxima safra e adiamento, por até dois anos, de 30% da dívida vencida ou que vencerá até o final deste ano. Reduzir as taxas para no máximo 12% ao ano atenderia aos ruralistas mais radicais, que ficaram insatisfeitos

com as concessões feitas pelo governo.

“A bancada ruralista fez o possível porque a chantagem de votar contra as emendas constitucionais para forçar um acordo melhor não teria a compreensão da opinião pública”, afirma o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio Ernesto de Salvo. “Mas na hora de fechar o acordo saiu um monstro”, critica.

**No Supremo** — A CNA lidera a parcela de ruralistas mais insatisfeitos com o governo e contratou o advogado Ives Gandra Martins, que sexta-feira entrou com ação no Supremo Tribunal Federal exigindo que a TR seja desconsiderada para o crédito rural desde maio de 1994, quando sua extinção foi vetada pelo então presidente Itamar Franco. Desde então, o Banco do Brasil continuou aplicando a TR sobre o crédito rural, até que o Congresso derrubou o veto, em abril deste ano.

Segundo Ernesto de Salvo, “os produtores se recusam a pagar o que não devem”. Ele diz que o acordo é uma abertura de crédito para a safra que será usada para pagar o principal da dívida vencida, enquanto se faz a rolagem dos juros e da TR que incidiram sobre o valor principal. Salvo critica também a “ótica urbana” usada pelo governo para solucionar um problema rural, ao privilegiar financiamentos para o plantio de arroz, feijão, trigo, mandioca e milho. “O leite não é menos importante que qualquer desses produtos e o cacau, o café e a soja são vitais para o equilíbrio econômico de suas regiões de plantio”, diz o presidente da CNA.

O deputado Nelson Marquezelli avisa que, aconteça o que acontecer com o projeto de limitação dos juros, a bancada ruralista estará unida após o recesso do Congresso. “Em agosto voltaremos à carga para resolver os problemas pendentes: a dívida que se formou pela cobrança da TR no ano passado e a dívida do Plano Collor”, diz.

As pendências somam R\$ 1,8 bilhão, que os ruralistas se recusam a pagar. O Plano Collor aplicou índices diferentes para corrigir a dívida do crédito rural e os preços mínimos, mas o governo alega que os produtores venderam seus produtos por preços bem acima do que havia sido fixado pelo Executivo.



Marquezelli (E) é o porta-voz da bancada; Biehl, ex-Arena e ex-PDS, redige os documentos; Collato obstrui votações